

APRESENTAÇÃO

É comum que os antropólogos, até mesmo sem o saberem, estejam envolvidos com questões vinculadas aos direitos humanos. Afinal, a própria noção de cultura, marca registrada da disciplina ao menos em seus primórdios, foi e é, em grande medida, um instrumento da luta anti-racista. Mas o espectro deste envolvimento é muito amplo, engloba outras problemáticas e aponta para um combate irrestrito contra todas as formas de intolerância e discriminação. Assim, em suas pesquisas e em suas práticas, os antropólogos frequentemente trazem à luz a realidade e a perspectiva de segmentos altamente desfavorecidos e submetidos a condições de subordinação algumas vezes extremas. Em consequência, no Brasil, é comum ver a presença de antropólogos, muitas vezes em destacadas posições de liderança, nas universidades, em organizações não-governamentais ou em iniciativas da sociedade civil, tratando dos direitos dos negros, índios, homossexuais, dos direitos da grande massa de excluídos, militando nos movimentos feminista, ambientalista e por outras formas de globalização.

Esta tradição orientada tanto por um viés peculiar à disciplina quanto por sua história específica no Brasil encontra-se imbricada, de maneira tal, que é difícil até separar uma da outra, com a trajetória da Associação Brasileira de Antropologia. Fundada em 1955, ao longo de cinco décadas, a ABA vem progressivamente ampliando sua atuação em diversas frentes. Tal tendência reflete-se mesmo em sua estrutura político administrativa, em especial no que diz respeito às comissões que abriga. A Comissão de Assuntos Indígenas tem uma inestimável contribuição ao longo de muitos anos na defesa da causa indígena. Recentemente, criou-se a Comissão de Relações Étnicas e Raciais com a atribuição de tomar iniciativas voltadas ao combate aos abusos e à discriminação contra os negros, emigrantes e imigrantes. A Comissão de Direitos Humanos tem atuado desde 1998, a partir da gestão presidida pela prof^a Yonne de

Freitas Leite (1998-2000), durante o biênio presidido pelo prof. Ruben George Oliven (2000-2002) e na gestão atual, sob a liderança do prof. Roberto Kant de Lima que, com a sua energia constante e o apoio sempre fundamental da Fundação Ford, tem equacionado tanto a defesa dos direitos de minorias quanto o aprofundamento da discussão sobre direitos humanos interna e externamente ao campo da antropologia no Brasil.

A publicação do presente volume, além de ser uma inequívoca demonstração de continuidade político-administrativa da ABA e do apoio da Fundação Ford, representa mais um exemplo do nosso engajamento crítico neste campo político constituído pelos discursos e ações vinculados aos direitos humanos. Em dois anos a ABA publicou três livros sobre a questão. Regina Novaes organizou o volume intitulado *Direitos Humanos. Temas e Perspectivas*, resultante de um curso que, por sua vez, era parte do projeto mais amplo “Direitos Humanos e Cidadania: a contribuição dos antropólogos”.¹ A coletânea *Antropologia e Direitos Humanos* reúne artigos ganhadores do Concurso Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio ABA/FORD, realizado em 2000, e foi organizado por Regina R. Novaes e Roberto Kant de Lima.² Agora, também em decorrência de mais uma edição do Prêmio ABA/FORD de Direitos Humanos, apresentamos este terceiro livro com os trabalhos vencedores em 2002. A ABA tem contado sempre com a pronta e generosa cooperação dos seus membros em diferentes ocasiões e formas. Desta vez, temos que agradecer o empenho da comissão, coordenada por Roberto Kant de Lima, formada por Ana Lúcia Eduardo Farah Valente, Eliane Cantarino O’Dwyer e Regina Reyes Novaes, colegas que selecionaram os artigos que aqui aparecem.

Com estas publicações, a ABA dá prosseguimento a sua política de difundir e estimular estudos antropológicos sobre a temática. Mas a Comissão de Direitos Humanos tem

¹ Regina Novaes (org.). *Direitos Humanos. Temas e Perspectivas*. 2001. Rio de Janeiro: ABA/MAUAD/Fundação Ford.

² Regina Reyes Novaes e Roberto Kant de Lima (orgs.), *Antropologia e Direitos Humanos*. 2001. Niterói: ABA/EDUFF/Fundação Ford.

desempenhado papel fundamental também em outras áreas, tomando iniciativas que implicam em uma interação mais direta com operadores jurídicos, atores que no nosso país têm atribuições imediatas no tocante à questão. Desta forma, em novembro de 2002, a Escola Superior do Ministério Público da União (órgão da Procuradoria Geral da República) e a Associação Brasileira de Antropologia assinaram um termo de cooperação que implica, entre outras medidas, a realização de cursos sobre direitos humanos sob uma ótica antropológica. O primeiro destes cursos, no primeiro semestre de 2003, em Brasília, representa um aprofundamento das nossas relações estabelecidas desde 1988 com a Procuradoria Geral da República, com a qual mantemos atualmente um convênio com o objetivo de colaborar na realização de laudos antropológicos periciais, que permitam subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos do Ministério Público Federal, em questões que envolvam direitos e interesses de populações indígenas, remanescentes de quilombos, grupos étnicos e minorias. Esse aprofundamento terá, certamente, repercussões em outras áreas de atuação como aquela vinculada aos trabalhos do nosso GT de Laudos Antropológicos. Aqui, se impõem complexas relações entre territórios, etnicidade e direitos coletivos que, sempre imersas em conflitos de interesses, representam desafios enormes tanto para o reconhecimento dos direitos humanos de negros e índios quanto para a própria prática profissional da antropologia.

A ABA, na melhor tradição do seu envolvimento na defesa da justiça social, da democracia, da equidade, do bem-estar das coletividades e da paz, orgulha-se, mais uma vez, de afirmar que a responsabilidade social e política dos antropólogos vai muito além de suas atividades de pesquisa e acadêmicas. Nossas contribuições incluem certamente estas últimas e fundamentais atividades, mas englobam, também, a atuação crítica permanente como cidadãos diferenciados e sintonizados radicalmente com os valores mais profundos da democracia contemporânea que incluem todos os direitos fundamentais da pessoa e das coletividades humanas e, sobretudo, o direito à diferença. É cada vez mais inadiável a necessidade de estender os benefícios da demo-

cracia e da produção social da riqueza aos historicamente excluídos no Brasil. A antropologia brasileira não apenas tem, desde muito, consciência disso, como trabalha nessa direção. Que este livro seja visto como mais um passo em direção a esse objetivo maior.

Brasília, Maio de 2003.

Gustavo Lins Ribeiro

Presidente Atual da ABA

Ruben George Oliven

Presidente Gestão 2000-2002